

## **CONCEPÇÃO DE PAIS E ALUNOS SOBRE CICLOS E PROGRESSÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**

**JACOMINI, Marcia Aparecida – USP**

**GT-13: Educação Fundamental**

**Agência Financiadora: CNPq**

**Introdução:** Neste texto apresentaremos uma parte dos dados de uma pesquisa realizada em duas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo sobre a concepção dos pais e dos alunos sobre os ciclos e a progressão continuada. A pesquisa de campo de caráter qualitativo teve a duração de um ano letivo. A coleta de dados foi realizada por meio da observação do cotidiano escolar: aulas, entrada e saída dos alunos, recreios, festas, Reuniões de Pais e Mestres, Reuniões do Conselho de Escola e de entrevistas com 14 pais e 14 alunos de cada escola, totalizando 56 sujeitos.

O objetivo da pesquisa foi conhecer, analisar e compreender a concepção dos pais e dos alunos sobre a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Duas questões principais motivaram a realização da pesquisa: 1)- a importância e a centralidade que as políticas de não-reprovação anual (organização do ensino em ciclos e progressão continuada) têm adquirido no cenário educacional brasileiro na perspectiva da realização de uma educação de qualidade para toda população; 2)- a carência de pesquisas que tenham como foco a análise e a compreensão do posicionamento dos pais e dos alunos a respeito dessas políticas.

Embora discussões sobre políticas de não-reprovação anual tenham ocorrido no Brasil desde a década de 1920<sup>1</sup>, foi somente a partir da década de 1960 que algumas redes públicas de ensino municipal e estadual organizaram o ensino de forma não-seriada e adotaram políticas de não-reprovação anual.

A primeira LDB, Lei nº 4.024/61, estabeleceu em seu artigo 104 a permissão de organização do ensino não-seriado em caráter experimental. Na Lei nº 5.692/71, artigo 14, a não-seriação foi apresentada como alternativa de organização do ensino. A nova LDB, de nº 9.394/96, propõe, em seu artigo 23, os ciclos entre outras possibilidades de organização do ensino. Os ciclos também estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN) (BRASIL, 1997).

---

<sup>1</sup> Sobre essa questão, ver Almeida Júnior (1959).

Do ponto de vista legal, a organização do ensino em ciclos na cidade de São Paulo baseou-se na proposta alternativa de organização do ensino expressa na Lei nº 5.692/71<sup>2</sup>. Pois, mesmo antes da atual LDB, várias redes de ensino adotaram os ciclos e a progressão continuada como forma de organização de ensino, tendo isso contribuído para sua adoção na Lei nº 9.394/96 e nos PCN. Após a aprovação da nova LDB, outras redes públicas organizaram o ensino em ciclos e adotaram a progressão continuada. Em 2004, 19,7% das matrículas do ensino fundamental no Brasil foram realizadas em redes de ensino ou escolas organizadas em ciclos; no Estado de São Paulo, esse percentual correspondia a 75,2%, e no município de São Paulo, a 79,3% (BRASIL, 2004).

De modo geral, as propostas de organização do ensino em ciclos surgiram da necessidade de se buscarem alternativas para enfrentar os altos índices de reprovação e evasão escolares e construir uma escola menos seletiva e excludente. De acordo com o estudo *Estado do conhecimento ciclos e progressão escolar (1990 – 2002)*, “o conceito de ciclos está em vias de construção pelas múltiplas e diferenciadas experiências de organização da escola que visam romper com a fragmentação curricular com vistas a assegurar o direito de todos à educação” (SOUSA; BARRETO, 2004, p. 65), ou seja, não se trata de uma proposta acabada e uniforme, por isso a multiplicidade de experiências.

Os ciclos pressupõem outra forma de compreensão do conhecimento e da aprendizagem e um conjunto de mudanças acerca do tempo e do espaço escolar, do conteúdo, da metodologia, da avaliação e das relações entre os envolvidos no processo educativo.

Tal como os ciclos, a progressão continuada também pode ser compreendida numa perspectiva de ruptura com o caráter seletivo da escola ao propor o fim da reprovação anual. No entanto, ao ser implantada (muitas vezes sem investimento financeiro e orientação pedagógica necessários à garantia de um ensino de qualidade) a progressão continuada parece ter reforçado ou dado visibilidade às resistências dos educadores em romper com os mecanismos escolares seletivos enraizados em suas concepções educativas.

## **1- Pesquisa qualitativa em educação**

---

<sup>2</sup> O ensino na Rede Municipal de Ensino de São Paulo foi organizado em ciclos no ano de 1992, na gestão da prefeita Luiza Erundina de Souza, naquele momento filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Considerando-se a natureza do problema estudado – analisar as concepções e opiniões de pais e alunos sobre os ciclos e a progressão continuada na Rede Municipal de Ensino de São Paulo –, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo. Entende-se que “uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130). Assim, além de conhecer as opiniões dos pais e dos alunos sobre essa política educacional, buscar-se-á compreender os significados do conteúdo manifesto e subjacente às falas dos entrevistados.

Desse modo, as observações do cotidiano escolar, as conversas com os alunos, a observação de atividades escolares que envolvem a participação de pais e as entrevistas semi-estruturadas, com a introdução de informações e questionamentos sobre as falas dos depoentes, foram realizadas para captar significados subjacentes à opinião deles sobre a temática estudada e conhecer as explicações conscientes que sustentam tais opiniões. Entende-se que isso não contribui para uma visão unilateral, mas, ao contrário, como propõe Thiollent (1987, p. 23-24; cf. PARO, 1996, p. 25), “é justamente o questionamento que deveria superar a unilateralidade da observação do outro ao permitir uma real intercomunicação”.

A seleção do grupo de pais e alunos entrevistados obedeceu ao critério de três características relacionadas à aprendizagem e à reprovação escolar: 1) aluno com baixo desempenho escolar; 2) aluno com bom desempenho escolar; 3) aluno que já havia sido reprovado. Foram selecionados alunos do 3º e 4º anos do ciclo I e dos quatro anos do ciclo II. Não foram entrevistados alunos do 1º e 2º anos do ciclo I, por se considerar que são crianças muito pequenas e com pouca experiência escolar para participarem da entrevista.

Ao compor o conjunto de sujeitos da pesquisa, teve-se a preocupação de entrevistar alunos e pais de ambos os sexos e com diferentes tipos de experiências em relação à aprendizagem e à reprovação escolar.

### **1.1 Algumas características das escolas pesquisadas**

Em fevereiro de 2005 foi realizado um levantamento de escolas municipais que atendessem ao critério estabelecido para a escolha das escolas: uma escola que tivesse participação dos pais e alunos na tomada de decisão em relação ao processo educativo e outra cujos pais e alunos não participassem de tais decisões. Esse critério atendeu a

necessidade de verificação da hipótese de que a participação dos pais e dos alunos na escola pudesse influenciar o posicionamento deles a respeito da progressão continuada.

A escola Carlota<sup>3</sup> foi escolhida por atender ao critério de não participação dos pais e alunos nas tomadas de decisões do processo educativo. Ela situa-se na zona Sul da cidade de São Paulo. Atende filhos de porteiros que trabalham nos prédios da região, de pequenos comerciantes da classe média baixa e de moradores de uma favela próxima à escola. No ano de 2005, atendeu cerca de 700 alunos no ensino fundamental regular em dois turnos: manhã e tarde.

O funcionamento do cotidiano da escola Carlota é bastante tradicional. Quando as crianças chegam à escola, permanecem com os responsáveis num amplo corredor ao lado das salas de informática e de apoio pedagógico até a abertura do portão cinco minutos antes do sinal. Elas entram empurrando umas às outras, formam filas em locais previamente marcados e esperam os professores.

As salas de aula são identificadas por série e não por ano do ciclo. Os alunos e pais utilizam o termo série para referir-se ao ano de escolarização em que o filho se encontra. A organização das carteiras na sala de aula é tipicamente tradicional – em fileiras. As aulas seguem o padrão de aulas expositivas com maior ou menor participação dos alunos, dependendo do incentivo e da dinâmica do professor.

Em relação à participação dos pais na escola observou-se que eles vão à escola para serem informados sobre o desempenho dos filhos ou serem solicitados a cooperar com as atividades que a escola realiza. Em nenhum momento observou-se uma construção coletiva do processo educativo por pais, alunos e educadores.

Na escola Carlota foram realizadas 36 visitas, entre observação do cotidiano escolar, participação em reuniões de pais e mestres, festas e entrevistas.

A escola JK, escolhida por atender ao critério de uma escola com participação de pais e alunos na construção do processo educativo, localiza-se na zona Oeste de São Paulo. Assim como a escola Carlota, ela atende a uma clientela diversificada. Fazem parte do corpo discente filhos de funcionários da Universidade de São Paulo (USP), filhos da classe média baixa e alunos que moram em cortiço e numa favela próxima à escola.

---

<sup>3</sup> Para preservar a identidade das escolas e dos sujeitos da pesquisa, os nomes apresentados neste trabalho são fictícios.

Em 2005, a escola funcionou em três turnos: ciclo II do ensino fundamental no período da manhã, ciclo I do ensino fundamental no período da tarde. Havia em torno de 800 alunos matriculados.

Apesar dessas semelhanças quanto à clientela, observou-se que a escola JK tem um funcionamento bastante diferente da escola Carlota em vários aspectos. Ela se encontra em processo de reorganização do currículo, dos espaços, dos tempos e das relações educadores/educandos, tendo como referência a Escola da Ponte<sup>4</sup>, em Portugal.

Na escola JK, os alunos não se organizam em filas para se dirigirem às salas de aula: o portão fica aberto e eles podem ocupar todo o espaço da escola nos momentos em que não estão em sala de aula. Não há sinal para indicar troca de aula, recreio, entrada ou saída das salas de aula. Os alunos chamam os professores, a diretora, os coordenadores e demais funcionários pelo nome, sem a utilização do pronome de tratamento como usualmente acontece nas escolas. Os educadores e funcionários não alteram o tom da voz para falar com os alunos.

O Projeto JK, como é chamado, começou a ser implementado no início de 2004, envolvendo os 1<sup>os</sup> anos dos ciclos I e II. A partir do 1<sup>o</sup> semestre de 2005, passaram a participar do Projeto os 2<sup>os</sup> anos dos ciclos I e II e, no 2<sup>o</sup> semestre do mesmo ano, os alunos dos 3<sup>os</sup> anos do ciclo I e II. Em 2006, a nova proposta pedagógica estendeu-se a todos os alunos.

A escola JK rompeu com a idéia de sala de aula tal como conhecemos e reestruturou o espaço físico, transformando as salas de aulas em grandes salões onde os alunos de cada ano do ciclo sentam-se em pequenos grupos e realizam suas atividades a partir de um roteiro quinzenal. O processo de ensino e de aprendizagem deixou de ser centrado em aulas expositivas e realização de exercícios de fixação de conteúdo. Os objetivos, conceitos e conteúdos das disciplinas são previamente organizados no roteiro quinzenal e os alunos escolhem a atividade que desejam fazer em cada momento da aula. Eles contam com o apoio do livro didático e de computadores para a realização das atividades. Os professores de todas as disciplinas atendem os grupos ou alunos individualmente esclarecendo dúvidas e explicando o conteúdo.

Cada grupo de 15 alunos tem um educador tutor que acompanha, semanalmente, o desenvolvimento de suas atividades. A tutoria é um momento em que o aluno, com o auxílio do tutor, avalia seu desempenho e envolvimento na realização das atividades do

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a Escola da Ponte, ler: CANÁRIO; MATOS; TRINDADE (2004); PACHECO (2003).

roteiro quinzenal. Os tutores também são responsáveis por fazer o relatório individual de seus tutorandos para ser entregue aos pais no final de cada semestre.

A participação dos pais e dos alunos na escola JK aproxima-se bastante de uma participação nos processos de elaboração e decisão relativos à atividade educativa. Porém, cabe ressaltar que esse tipo de participação não se estende à maioria dos pais.

Na escola JK foram realizadas 26 visitas entre observação do cotidiano e entrevistas com pais e alunos.

## **1.2.- Organização do conteúdo das entrevistas em categorias temáticas**

Dados os limites deste texto foram escolhidos dois dos nove temas analisados a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo: 1)- o conhecimento dos pais e dos alunos sobre como está organizado o ensino municipal da cidade de São Paulo, 2)- a opinião dos pais e dos alunos sobre os ciclos e a progressão continuada.

O conteúdo das entrevistas foi organizado em categorias temáticas. De acordo com Bardin (2004, p. 111), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Para organizar as categorias temáticas, classificaram-se os elementos que constituíram as falas dos entrevistados, a partir do critério semântico, tendo em vista os temas propostos no roteiro da entrevista e outros que foram espontaneamente expressos pelos entrevistados.

### **1.2.1- Conhecimento dos entrevistados sobre como está organizado o ensino municipal**

O conhecimento dos pais acerca da organização do ensino municipal nas duas escolas pesquisadas restringe-se, muitas vezes, ao fato de saberem que não há reprovação em todos os anos letivos.

Ao serem perguntados se sabiam como está formalmente organizado o ensino municipal, todos os pais da escola Carlota responderam que não e apenas dois da escola JK disseram sim e fizeram referência aos ciclos. Uma entrevistada da escola Carlota fez referências ao ciclo durante a entrevista, embora tivesse dito não saber direito como funcionava. Apesar de não saberem exatamente o que são ciclos e progressão continuada, os pais percebem que a escola funciona de forma diferente.

---

**Quadro 1- O que os pais dizem saber sobre os ciclos e a progressão continuada**


---

**A- Escola Carlota**

as notas são NS - S - P

sei que não pode reprovar

reprova por falta todos os anos ou na 4ª ou 8ª série por desempenho

sei que só retém na 8ª série

na reunião foi dito que eles não reprovam por aprendizagem só por falta

---

**B- Escola JK**

antigamente não passava se não soubesse, agora vão passando

escutei que não tem mais reprovação

conheço como série e progressão continuada

tenho conhecimento da aprovação imediata

o que eu sei é que até a 4ª série não reprova

---

A representação que os pais de ambas as escolas têm em relação à nova organização do ensino diz respeito a uma percepção e a um conhecimento fragmentado sobre como ocorrem a promoção e a reprovação na escola.

Para os pais, a mudança que ocorreu na escola está relacionada à atribuição de conceitos no lugar de notas e ao fim da reprovação anual. Nenhum pai fez referência a qualquer mudança na forma de organização do currículo escolar.

Perguntados sobre a organização do ensino no município de São Paulo, os alunos de ambas as escolas disseram saber que só existe reprovação por desempenho no 4º ano dos ciclos I e II (eles falaram 4ª e 8ª séries). Nem todos sabiam que há reprovação por falta em todos os anos. Optamos por não fazer um quadro com as manifestações dos alunos em relação a essa questão porque ele teria apenas a frase “não há mais reprovação”.

Não haver reprovação por desempenho todos os anos é o principal conhecimento que os alunos das duas escolas têm a respeito da organização do ensino municipal. Se considerarmos a proposta de ciclos e progressão continuada elaborada em 1992, o conhecimento tanto dos alunos quanto dos pais é bastante parcial e, num certo sentido, distorcido em relação ao significado original da proposta.

### 1.2.2- Opinião dos entrevistados sobre os ciclos e a progressão continuada

A terceira questão do roteiro da entrevista tinha como objetivo conhecer a opinião dos pais e dos alunos sobre os ciclos e a progressão continuada. No entanto, diante das respostas em relação à questão anterior, com a maioria dos entrevistados dizendo não saber como o ensino municipal está organizado ou apenas saber que não há reprovação anual, foram necessárias algumas explicações sobre os ciclos e a progressão

continuada, especialmente aos pais, antes de responderem à questão. Porém, essas informações não mudaram a dinâmica dos entrevistados ao falarem somente sobre a “não-reprovação”.

Assim, frente ao desconhecimento do significado do ensino em ciclos com progressão continuada, os entrevistados expressaram suas opiniões basicamente sobre a progressão continuada, mas referindo-se a ela como não-reprovação anual. Percebe-se que os termos “ciclos” e “progressão continuada” não fazem parte do vocabulário dos entrevistados. No lugar de progressão continuada, pais e alunos usam “não-reprovação anual” ou “não reprova mais”.

Os pais da escola Carlota foram mais contundentes no posicionamento a favor da reprovação anual. Eles demonstraram estar convencidos de que a reprovação é necessária no processo ensino-aprendizagem. Ao contrário, metade dos pais entrevistados da escola JK abordou a reprovação anual como uma medida que merece ser analisada cuidadosamente, pois não necessariamente trará benefício ao aluno. No entanto, demonstraram preocupação com um sistema de ensino que promove os alunos sem que eles tenham realizado aprendizagens básicas. Parece haver entre os pais da escola JK uma tendência a repensar o papel da reprovação no processo ensino-aprendizagem. Embora não de forma conclusiva atribui-se essa postura dos pais da escola JK em relação à reprovação escolar à experiência que estão vivenciando com a nova organização curricular e pela forma diferenciada de participação nas atividades escolares.

Os alunos da escola Carlota também foram mais enfáticos na defesa da reprovação anual.



## **Quadro 2- Motivos apresentados pelos pais para haver reprovação anual na escola**

---

### **A- Escola Carlota**

para o aluno estudar  
 porque não adianta passar se o aluno não sabe nada  
 os alunos não se esforçam porque sabem que só reprova por falta  
 a reprovação é uma forma dos alunos se interessarem mais  
 a reprovação contribui para um ensino bem melhor  
 se tivesse reprovação todo ano os alunos estudariam desde o início do ano  
 as crianças que não têm um bom desempenho devem ser reprovadas  
 se não reprovar, o sistema de ensino estará apoiando as crianças a não estudarem  
 para o aluno não ir para a outra série sem saber  
 a reprovação incentiva a criança a aprender mais

### **B- Escola JK**

a não-reprovação desestimula o aluno a estudar  
 a reprovação é uma punição porque o aluno não estudou  
 a reprovação é para os alunos não passarem sem saber  
 sem reprovação os alunos não estudam porque sabem que vão passar do mesmo jeito  
 quando tinha reprovação eles tinham medo e estudavam mais  
 não reprovar é ruim porque o aluno não estuda, vai mal e no final do ano ele passa  
 as crianças não estudam porque sabem que vão passar  
 deve ter reprovação todo ano para a criança ter interesse em estudar

---

Os motivos apresentados pelos pais da escola Carlota para justificar a defesa da reprovação anual estão vinculados a três idéias básicas: forma de pressão ou estímulo para os alunos estudarem, melhor qualidade de ensino, impedir que o aluno seja promovido sem saber o conteúdo daquele ano letivo. O pensamento de que a reprovação é fundamental para garantir que os alunos estudem foi o mais presente nas falas dos pais. Parece haver uma crença de que, se houver reprovação anual, os alunos estudarão e, se não houver, não estudarão.

Também esteve presente na fala dos pais a preocupação com o fato de o aluno ser promovido sem ter aprendido os conteúdos escolares, produzindo uma situação de pouca aprendizagem durante o período de escolarização, apesar da conclusão do ensino fundamental. Eles acreditam também que a reprovação pode garantir uma melhor qualidade de ensino porque a escola não certificaria alunos que não atingiram os objetivos estabelecidos.

Os pais da escola JK que defendem a reprovação anual, assim como a maioria dos pais da escola Carlota, argumentaram que a reprovação é importante para incentivar os alunos a estudarem e para impedir a promoção quando os alunos não aprenderam os conteúdos estabelecidos pela escola. Além disso, consideram-na uma forma de punição aos alunos que não estudam. Entendem que, com o recurso da reprovação, a escola cumpriria o papel de enquadrar os alunos num conjunto de regras sociais que devem ser seguidas.

**Quadro 3 - Motivos apresentados pelos alunos para haver reprovação anual na escola**

---

**A- Escola Carlota**

se houvesse reprovação o aluno ia ter o conhecimento da série para passar porque estudaria mais

se não houver reprovação os alunos não fazem a lição para ter mais uma chance de aprender

se não há reprovação o aluno pode fazer o que quiser e mesmo assim passar para o aluno ter mais força de vontade para estudar

para o aluno estudar mais

**B- Escola JK**

reprovar faz aprender mais

para pressionar o aluno a estudar

a reprovação é para o aluno ter resultado melhor

para ajudar os alunos

os alunos não têm motivação para estudar porque sabem que vão passar

os alunos não estudam porque sabem que só se repete por falta

reprovar é um incentivo para estudar

---

A argumentação de que a reprovação é uma forma de pressionar ou incentivar os alunos a estudar se repete na fala dos alunos de ambas as escolas. Eles apresentam a reprovação como uma nova chance de aprender e acreditam que, se não há reprovação, os alunos não estudam ou não fazem lição. A reprovação aparece como uma medida para impedir que os alunos façam o que quiserem na escola.

**Quadro 4 - Motivos apresentados pelos pais para não haver reprovação anual**

---

**A- Escola Carlota**

a reprovação é ruim para o aluno e a família porque fere o sentimento da criança

se a criança for reprovada ela não vai ter chance de aprender

**B- Escola JK**

quando o aluno é reprovado ele pode parar de estudar

---

Na opinião das duas mães da escola Carlota que concordaram com a progressão continuada, a reprovação é ruim porque prejudica a auto-estima e atrapalha a aprendizagem da criança. Esses dois motivos são complementados pela possibilidade de a criança abandonar a escola quando é reprovada, argumento apresentado pela mãe da escola JK. Para essas três mães, a escola não deve reprovar porque isso não traz nenhum benefício ao aluno.

**Quadro 5 - Motivos apresentados pelos alunos para não haver reprovação anual**

---

**A- Escola Carlota**

porque tem que aprender tudo de novo

porque se separa dos colegas

**B- Escola JK**

quem não aprendeu tudo deve ser promovido e ter reforço

porque o aluno sente que é um perdido na vida

---

Os dois alunos da escola Carlota que defenderam a progressão continuada apresentaram dois problemas característicos da reprovação: o fato de o aluno, ao repetir uma determinada série, estudar as coisas que ele já estudou no ano anterior, e o fato de separar-se dos colegas. Para eles, esses motivos justificam a não-reprovação anual. Os alunos da escola JK falaram do direito de ser promovido e ter reforço para aprender o que não aprendeu no ano anterior, e do sentimento de menos-valia que a reprovação pode causar ao aluno.

---

**Quadro 6- Motivos apresentados pelos pais que concordam com a reprovação anual (em termos)**

---

**A- Escola JK**

se quisermos tirar a reprovação é necessário um trabalho para garantir que todos aprendam  
a escola deve ajudar a criança e só reprovar se ela não aprender mesmo  
se a escola não ajuda os alunos ela não deve reprovar  
depende da situação de cada um, às vezes é bom reprovar para ele aprender mais  
para não ter reprovação é necessário um trabalho que garanta a aprendizagem

---

Somente pais da escola JK fizeram ressalvas à reprovação anual. Eles não afirmaram ser totalmente a favor da progressão continuada porque consideram que a escola ainda falha em sua tarefa de ensinar, e o fim da reprovação levaria à certificação de alunos semi-analfabetos. No entanto, concordam que o fim da reprovação se faz necessário para garantir o direito à educação para todos. Um aspecto importante nessas considerações é a afirmação de que, se a escola não ajuda os alunos, ela não deve reprová-los; se em falas anteriores a reprovação era justificada pela pouca aprendizagem do aluno, na fala dessa mãe ela é desautorizada quando a escola não ajuda os alunos. Ela chama a atenção para o papel e a função da escola na aprendizagem das crianças.

---

**Quadro 9- Motivos apresentados pelos alunos que concordam com a reprovação anual (em termos)**

---

**A- Escola Carlota**

às vezes reprovar não adianta porque o aluno continua não aprendendo

**B- Escola JK**

a não-reprovação pode ser ruim só se o aluno for passando sem saber  
nem sempre reprovar faz o aluno estudar mais  
a reprovação é ruim porque a gente se separa do grupo

---

Os alunos de ambas as escolas que não concordam totalmente com a reprovação anual questionaram a afirmação de que o aluno estuda e aprende mais se for reprovado ou se houver reprovação anual. Talvez, as experiências vivenciadas nas escolas tenham levado tais alunos a começarem a questionar o papel atribuído à reprovação pela maioria de seus colegas entrevistados. Se existem casos em que repetir um ano letivo

pode levar o aluno a empenhar-se mais e melhorar seu desempenho escolar, essa parece não ser a regra, uma vez que a reprovação é recorrente no Brasil. Parece que isso começa a ser percebido por alguns alunos.

## **2- A reprovação escolar nas falas dos pais e dos alunos**

Embora o objetivo inicial deste estudo fosse analisar a concepção dos pais e dos alunos sobre os ciclos e a progressão continuada na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, os dados da pesquisa de campo não permitiram tal análise, porque, como visto no item anterior, os entrevistados não falaram sobre os ciclos, impossibilitando, assim, qualquer análise nesse sentido. O conteúdo das justificativas dos pais e dos alunos para defenderem a reprovação anual desvela uma concepção de ensino seriado. Quando eles dizem que, se o aluno não aprendeu os conteúdos referentes àquele ano de escolarização, ele não pode ir para o ano seguinte, apresentam uma visão de organização curricular seriada. Isso sugere que, de fato, eles não consideram que existe uma organização não-seriada no ensino municipal de São Paulo.

Ao manifestarem que a principal mudança ocorrida na escola é o fato de não haver reprovação todos os anos, demonstraram entender que existem séries como antigamente, mas não há reprovação por desempenho na passagem de uma “série” para outra, exceto na “4ª e 8ª séries”. Pode-se dizer que a representação da escola municipal que os entrevistados manifestaram é a de uma escola seriada com progressão continuada entre a maioria das séries.

Uma hipótese levantada durante a pesquisa para explicar o desconhecimento dos pais e dos alunos acerca dos ciclos é o fato de o ensino municipal caracterizar-se atualmente por uma “seriação com progressão continuada” no decorrer dos anos dos chamados ciclos.

Dado que muitos pais e alunos vincularam a defesa da reprovação à preocupação com a pouca aprendizagem dos alunos e o conseqüente baixo desempenho escolar, pode-se supor que a não-existência das características de um ensino em ciclos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo configura-se como um condicionante da oposição de pais e alunos à progressão continuada. Isso porque, quando implantada em 1992, pretendia-se que essa organização garantisse melhor qualidade de ensino e, conseqüentemente, melhor aprendizagem, e contribuísse para a superação de uma educação tradicionalmente excludente.

## **2.1- Como os pais e os alunos explicam sua oposição à progressão continuada?**

A principal justificativa de pais e alunos para defenderem seus posicionamentos contrários à progressão continuada é o fato de muitos alunos serem promovidos sem terem aprendido de forma adequada os conteúdos escolares. Eles argumentam que é necessário haver reprovação porque os alunos não podem ser promovidos se não alcançaram os objetivos estabelecidos para cada ano letivo. Por entenderem que o currículo está organizado em séries, pensam ser necessário refazer a série quando o aluno não teve boa aprendizagem. Acreditam também que a reprovação é uma medida importante para pressionar os alunos a estudarem, contribuindo para a aprendizagem.

### **2.1.1- A reprovação como medida para garantir melhor aprendizagem**

Uma justificativa usada pelos entrevistados para defender a reprovação escolar foi a crença de que, com a reprovação anual, os alunos não serão promovidos sem saber e poderão aprender mais ao repetirem a “série”.

No imaginário de muitos pais e alunos, a reprovação aparece diretamente vinculada a uma segunda e “garantida” oportunidade de aprender.

As alunas Júlia e Tânia, do 4º ano do ciclo I das escolas Carlota e JK, respectivamente, pensam que a reprovação escolar existe para dar uma nova chance de aprendizagem aos alunos. Ambas vêem a reprovação como algo necessário à escolarização e, em certo sentido, bom, porque “ajuda os alunos que não sabem”. “É bom porque se a gente repetir tem mais uma chance pra aprender” (Júlia, aluna do 4º ano do ciclo I da escola Carlota). “Pra poder ajudar os alunos que não sabem, que não aprenderam” (Tânia, aluna do 4º ano do ciclo I da escola JK).

As explicações de muitos pais sobre a reprovação escolar reafirmam a idéia de que ela contribui para o aluno aprender mais porque irá rever todo o conteúdo no ano seguinte.

Olha, no meu ponto de vista a reprovação é ótima, porque não adianta você passar de ano se você não entendeu nada e lá na frente você vai ficar perdido no tempo. É como se eu fosse participar de uma coisa que eu não tenho conhecimento... Eu acho que a reprovação ajuda, porque o que você não aprendeu nesse ano você volta tudo de novo e vai aprender pelo menos metade. (Sônia, mãe da aluna Rita, do 3º ano do ciclo II da escola Carlota)

Sônia entende que a reprovação seria uma forma de ampliar o tempo para o aluno realizar a aprendizagem quando ele não consegue fazê-la no período de um ano letivo.

Cássia, mãe do aluno Sérgio, do 3º ano do ciclo II da escola JK, atribuiu a existência da reprovação escolar ao fato de a escola precisar, para realizar o processo educativo, agrupar os alunos de acordo com o desempenho que eles apresentam em cada ano letivo. “A escola tem uma média e em cima disso ele [o aluno] tem que aprender a base de cada ano para chegar na 8ª série e ter opção de fazer o colegial.” A idéia da heterogeneidade e da diversificação dos conteúdos e das metodologias características de um ensino em ciclos parece não estar presente na concepção que os pais têm da organização do processo educativo.

Os depoimentos dos entrevistados sugerem que está fortemente presente na concepção dos pais e dos alunos sobre reprovação a idéia, construída historicamente, de que a reprovação é inerente ao processo de ensino e de aprendizagem e tem a finalidade de selecionar anualmente os alunos que alcançaram os objetivos previamente estabelecidos para prosseguirem seus estudos nas séries mais adiantadas, separando-os daqueles que não aprenderam a contento os conteúdos daquela série.

Por acreditarem que a reprovação é uma forma eficiente de garantir uma aprendizagem melhor, alguns pais e alunos – mesmo percebendo que muitas vezes o aluno continua com baixo desempenho escolar após ter sido reprovado – recorrem à reprovação como uma espécie de “redentora”. Em certo sentido, eles depositam na reprovação a expectativa de realização de um ensino de qualidade.

### **2.1.2- A reprovação como forma de pressionar o aluno a estudar**

Muitos pais e alunos de ambas as escolas expressaram sua oposição à progressão continuada, argumentando que a reprovação é importante porque pressiona os alunos a estudarem e, conseqüentemente, a terem uma melhor aprendizagem.

Para o aluno Rodrigo, do 4º ano do ciclo I da escola Carlota, a reprovação precisa existir porque os alunos “não querem estudar”, então, havendo reprovação todo ano os professores podem obrigar os alunos a estudarem.

O aluno André, do 3ª ano do ciclo II da escola JK, disse que a progressão continuada leva os alunos a estudarem menos “porque ele não tem motivação, sabe que vai passar de ano, sabe que no próximo ano também não vai repetir, aí chega na 8ª série e não sabe nada e é obrigado a estudar demais ou é reprovado”.

Elza defendeu a reprovação anual como algo bom para a escola e para os alunos porque os alunos não se esforçam mais como antigamente. Ela considera que a progressão continuada tem sido prejudicial ao aluno porque ele se sente desestimulado a

estudar, na medida em que todos serão promovidos independentemente do esforço de cada um. Questionada sobre o que ela pensa da reprovação escolar, diz:

Eu acho que seria bom pra escola e pros alunos também, porque era um meio de eles se interessarem mais. Ou estuda pra passar e chega o final do ano e é aprovado, ou então fica difícil, porque eles sabem que só vão reprovar de quatro em quatro anos, eles não se esforçam como antes. Pra quem não gosta de estudar, talvez saia no lucro. Eu acho que ele vai estudar mais e se empenhar mais, porque ele sabe que, se ele não estudar, ele vai ficar no final do ano, não vai ter quatro anos pra poder reprovar. É prejudicial pra ele mesmo. (Elza, mãe do aluno José, do 2º ano da escola Carlota)

A idéia da reprovação como instrumento para pressionar, motivar ou obrigar os alunos a estudar está presente na representação social que os entrevistados têm do processo educativo.

No entanto, alguns alunos começam a questionar a veracidade da tal crença. Uma aluna da escola JK deu um exemplo por ela vivenciado no ano letivo da pesquisa que mostra a ameaça da reprovação causando um efeito contrário àquele que a maioria dos entrevistados disse ocorrer quando se tem reprovação anual: “Esse ano, um professor meu falou para uma aluna que ela estava praticamente retida. Bom, dois dias depois ela tinha que fazer prova e disse que não ia fazer, pois disse que já estava praticamente retida e não ia adiantar nada.” (Flávia, aluna do 4º ano do ciclo II da escola JK) O anúncio de uma provável reprovação provocou nessa aluna um comportamento de desistência em relação aos estudos, não uma atitude de estudar mais.

Embora preponderante nas falas dos entrevistados, a reprovação tida como instrumento para pressionar os alunos a estudarem parece não estar cumprindo essa função na escola para todos. A contradição gerada entre uma crença e a sua não-correspondência na realidade vivenciada pelos pais e alunos abre espaço para a percepção da necessidade de construção de outros meios para motivar e incentivar os alunos a estudarem e para a construção de outra concepção sobre a progressão continuada e a reprovação escolar.

### **2.1.3- A defesa da reprovação escolar não é unânime entre pais e alunos**

Embora a maioria dos entrevistados, considerando as duas escolas, tenha manifestado opinião contrária à progressão continuada, alguns pais e alunos opuseram-se claramente à reprovação anual ou consideraram ser necessário analisar cada situação, isto é, não compartilharam da opinião de que a reprovação é sempre necessária.

Isso demonstra que, embora hegemônica, a oposição à progressão continuada não é unânime, possibilitando, assim, a convivência de posições diferentes, o que pode contribuir para instigar reflexões que tragam novos elementos e informações para a discussão. No entanto, é necessário que sejam criados espaços para tal.

Entre os argumentos usados para defender a progressão continuada estão os prejuízos causados pela reprovação à auto-estima da criança e a evasão escolar.

Para Judite, avó do aluno Rafael, da escola Carlota, a reprovação é muito nociva à auto-estima da criança e do adolescente.

Eu acho que a reprovação é ruim pro aluno e pra família. Pro aluno porque ele já leva o nome de reprovado, por muito vadio que ele seja, por muito sem-vergonha que ele seja, aquilo fere o sentimento dele, então a escola não reprovando, ajudando como os professores hoje ajudam, eu acho que eles se sentem mais fortes. Porque chega em casa, os irmãos falam: Ah! Cala a boca, você é reprovado, você não tem que dar palpite. (Judite, avó do aluno Rafael, do 3º ano do ciclo II da escola Carlota)

A aluna Viviane, do 3º ano do ciclo II da escola JK, também disse que a reprovação é prejudicial à auto-estima do aluno. Para ela, o reforço escolar deveria ser uma alternativa à reprovação, ou seja, a escola deveria investir em medidas pedagógicas que oferecessem melhores condições de aprendizagem e não reprovar aqueles que estão com baixo desempenho. “O aluno que repete já tem aquela auto-estima baixa, então pensa... Perdi o ano... Agora que se dane, alguns falam... Então, às vezes piora... Acho que deveria ter uma alternativa, que é o reforço.”

Sílvia, mãe da aluna Viviane, do 3º ano do ciclo II da escola JK, fez considerações sobre as contradições da reprovação anual. Embora inicialmente tenha dito que a reprovação era uma forma de pressionar os alunos a estudarem, também considerou que ela pode desestimular o aluno, levando-o a não querer frequentar a escola: “[...] se ele ficar sendo reprovado aqui, ele pode ser desestimulado e não querer mais ver uma classe, ou uma sala de aula mais pra frente”.

Além do sentimento de inferioridade e incapacidade que a reprovação pode provocar no aluno e na família, ela foi apresentada por alguns entrevistados como causa da evasão. Vilma disse ser bom não haver reprovação todo ano porque, após duas reprovações, seu filho pararia de estudar se fosse reprovado novamente. Ao se referir à progressão continuada, disse: “Eu achei até bom não ter reprovação todo ano, porque, no caso, ele ia parar de estudar”. (Vilma, mãe do aluno Mário, do 2º ano do ciclo II da escola JK)



### **3- Considerações finais**

O estudo das opiniões de pais e alunos sobre as políticas de não-reprovação na Rede Municipal de Ensino de São Paulo teve o intuito de contribuir com os estudos existentes sobre o tema num aspecto ainda pouco pesquisado – a análise das concepções dos pais e dos alunos sobre os ciclos e a progressão continuada.

A percepção da existência de contradições nas falas dos pais e dos alunos expõe a existência de fraturas no discurso de oposição à progressão continuada. Entende-se que isso ocorre porque as experiências que eles tiveram não necessariamente corroboram os motivos apresentados para justificar a defesa da reprovação anual. Em certo sentido, isso facilita a introdução de conhecimentos e concepções que questionam as opiniões majoritárias apresentadas pelos entrevistados, na medida em que encontra ressonância nas experiências vivenciadas por eles.

Do ponto de vista das políticas educacionais, esse dado sugere a atenção para a importância de se considerar tanto a oposição e a resistência dos pais e dos alunos às políticas de não-reprovação como a necessidade de introduzir conhecimentos que contribuam para o questionamento das idéias que justificam tal oposição. A análise sobre alguns elementos que influenciam na formação da opinião majoritária de oposição à progressão continuada assinala a necessidade de se elaborarem políticas educacionais que respondam à demanda requerida pela democratização do ensino, garantindo os meios para a realização de uma educação de boa qualidade.

O convencimento dos pais e dos alunos sobre a pertinência das políticas de não-reprovação demanda a possibilidade de vivenciarem experiências escolares de progressão continuada favoráveis a uma educação de boa qualidade. É preciso que o ensino organizado em ciclos e as condições de funcionamento das escolas ofereçam aos pais e aos alunos uma experiência educacional que os leve a questionar a crença na necessidade da reprovação.

Juntamente com as mudanças na materialidade do processo educativo, é importante a introdução de conhecimentos sobre as mudanças necessárias às concepções e organização da educação escolar para sua efetivação como direito de todos. O impacto de um conjunto de idéias sobre a sociedade ou grupos sociais pode ser mais poderoso e influente quando ele está materialmente articulado a uma realidade (MÉSZAROS, 2004).

Para os ciclos e a progressão continuada tornarem-se uma possibilidade de superação do chamado fracasso escolar, no sentido de contribuírem para a construção de uma escola democrática e de qualidade, será necessário que sejam concebidos por educadores, pais e alunos como um meio de repensar a escola autoritária e excludente e um instrumento para instaurar um tipo de ensino e de aprendizagem calcado na perspectiva de desenvolvimento e formação de sujeitos críticos, e não na desqualificação individual. Por isso, torna-se importante a atuação de profissionais e usuários da escola pública na exigência de condições de trabalho compatíveis às demandas que a democratização do ensino e da aprendizagem exige.

### Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Ferreira de. **E a escola primária?** São Paulo: Nacional, 1959.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrícula por forma de organização e dependência administrativa, Brasil e São Paulo (Estado e município) – 2004**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANÁRIO, Rui; MATOS, Filomena; TRINDADE, Rui (Org.). **Escola da Ponte: defender a escola pública**. Lisboa: Profedições, 2004

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PACHECO, José. **Quando eu for grande quero ir à primavera e outras histórias**. São Paulo: Suplegraf, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Regimento comum das escolas municipais de São Paulo**. São Paulo, 1992.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Estado do conhecimento ciclos e progressão escolar (1990-2002)**. Relatório final. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.